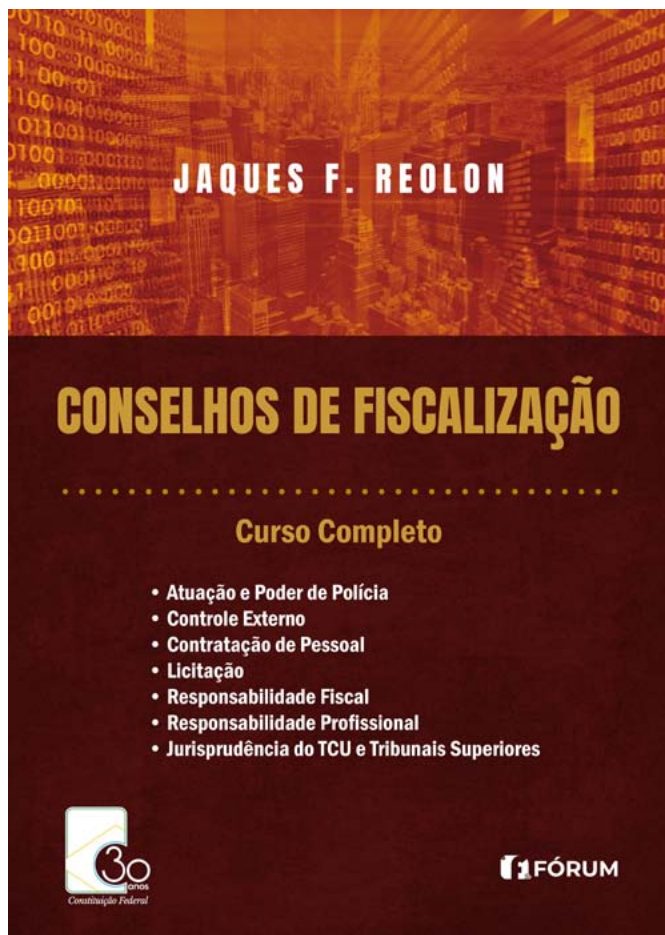


Autor
Jaques F. Reolon

CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO

Área específica
Direito Administrativo.



Os conselhos de fiscalização profissional são entidades destinadas ao controle e à fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias. Em síntese, representam o interesse da sociedade em evitar práticas danosas.

Atualmente, convivem com uma situação de relativa insegurança jurídica.

Diversos conselhos, em sua origem, foram criados com personalidade jurídica de direito público, porém, após o advento da Constituição de 1988, foi publicada a Lei nº 9.649/1998, que lhes atribuiu personalidade jurídica de direito privado e vedou manterem com a Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

Instituiu-se o problema. Afinal, seriam de direito público ou privado?

A questão bateu às portas do STF, no leading case da ADI nº 1.717-6. Foi afastada a sua personalidade jurídica de direito privado, prevalecendo o entendimento de sua natureza jurídica de autarquia, pois exercem poder de polícia, de tributar e de punir.

A partir do momento em que a sua natureza jurídica foi definida com base na interpretação das suas atribuições, exsurgiu uma espécie de vácuo legislativo e de insegurança jurídica, pois inexistia lei definindo expressamente o regime jurídico de seu pessoal, as normas gerais para suas compras e serviços, para o regime de aposentadoria de seu pessoal e outros.

Esta obra tem por objetivo contribuir para a elucidação das dúvidas existentes e estabelecer, a partir da organização do conhecimento, um norte seguro aos gestores desse setor.

Áreas afins

Conselhos de fiscalização; controle; contratação de pessoal. Direito administrativo, Constitucional, Trabalhista.

Público-alvo/consumidores

gestores dos conselhos de fiscalização; estudantes, professores, especialistas em direito administrativo e constitucional, órgãos de controle;

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001473

R424c

Reolon, Jaques F

Conselhos de fiscalização: curso completo / Jaques F. Reolon.– Belo Horizonte :
Fórum, 2018.

211 p.; 17cmx24cm

ISBN: 978-85-450-0570-4

1. Direito Administrativo. 2. Conselho de fiscalização. 3. Direito Constitucional. 4.
Direito Trabalhista. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

REOLON, Jaques F. Conselhos de fiscalização: curso completo. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 211 p. ISBN 978-85-450-0570-4.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA ABRANGÊNCIA	13
1.1 Administração Pública e administração pública	15
1.2 Administração Direta	17
1.3 Administração Indireta	18
1.3.1 Agências Reguladoras	20
1.3.2 Consórcios Públicos	21
1.4 Entidades paraestatais	23
1.4.1 Serviços Sociais Autônomos	24
1.4.2 Organizações Sociais	25
1.4.3 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público	26
1.5. Princípios constitucionais relacionados à Administração Pública	27
1.5.1 Princípio da Legalidade	28
1.5.2 Princípio da Impessoalidade	29
1.5.3 Princípio da Moralidade	31
1.5.4 Princípio da Publicidade	31
1.5.5 Princípio da Eficiência	33
CAPÍTULO 2 - OS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL	35
2.1 Breve retrospectiva histórica	37
2.2 Conceituação e finalidade	38
2.3 Natureza jurídica	40
2.3.1 O caso singular da OAB	44
CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL	47
3.1 Origem dos cursos	49
3.1.1 Natureza jurídica das anuidades cobradas pelos conselhos	51
3.2 Submissão à Lei de Licitações	53
3.3 Incidência da Lei de Responsabilidade Fiscal	55
3.4 A questão da transparência	59
3.5 A função social	63
3.6 Os conselhos em juízo	64

CAPÍTULO 4 - O PODER DE POLÍCIA DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL ...	67
4.1 Conceituação	69
4.2 Capacidade sancionatória dos conselhos	71
4.3 Limites ao poder de polícia	73
CAPÍTULO 5 - O CONTROLE ESTATAL SOBRE OS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL	77
5.1 Espécies de controles existentes no Brasil	79
5.2 O controle interno	81
5.3 O controle externo	88
5.4 Competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União	91
5.5 Do dever de prestar contas	93
5.6 Do relatório de gestão	95
CAPÍTULO 6 - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL	99
6.1 Breve introdução ao tema	101
6.2 Compulsoriedade do concurso público	101
6.3 Regime Jurídico	103
6.4 Terceirização	107
6.5 Cargo comissionado	110
6.6 Acumulação de cargos	112
6.7 Remuneração	114
6.7.1 Diárias	114
6.7.2 Jetons	117
6.7.3 Teto remuneratório	118
CAPÍTULO 7 - RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL	121
7.1 Aderência ao tema	123
7.2 Exigência de prévia inscrição nos conselhos para o exercício profissional	123
7.3 Responsabilidade por dano a outrem	128
7.4 A prova da culpa do profissional liberal e o dever de reparação	130
CAPÍTULO 8 - REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL	133
8.1 Racionalização da gestão	135
8.2 Necessidade de autonomia	137
CAPÍTULO 9 - JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA POR ASSUNTO	141
9.1 Administração Pública e sua abrangência	144
9.2 Os Conselhos de Fiscalização Profissional	144
9.3 Atuação dos Conselhos de Fiscalização Profissional	147
9.4 O poder de polícia dos Conselhos de Fiscalização Profissional	157
9.5 O controle estatal sobre os Conselhos de Fiscalização Profissional	160
9.6 Contratação, regime e demissão de pessoal	162
9.7 Diárias e jetons	173
9.8 Registro nos Conselhos	176
9.9 Precatórios	181
REFERÊNCIAS	183
LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	186
ÍNDICE REMISSIVO	195